



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Há quem pense que o Amazonas é grande demais para ser simples e pequeno demais para ser prioridade nacional. Discordo das duas ideias. O Amazonas é exatamente do tamanho da responsabilidade que carrega: guardar a maior floresta tropical do planeta e, ao mesmo tempo, oferecer ao seu povo emprego, renda e dignidade. Essas duas missões não são contraditórias. São a mesma missão, vista de dois ângulos — e é justamente por não enxergarmos isso com clareza que o Amazonas segue adiando decisões que já deveriam ter sido tomadas.

Comece-se pelo território. O Amazonas é o único grande Estado brasileiro que ainda decide seu destino território por território, projeto por projeto, sem uma régua única que diga onde se pode produzir, onde se deve conservar e onde se pode explorar com equilíbrio. Isso não protege a floresta — apenas transfere a decisão para quem tem mais poder de pressão em cada caso concreto. O Zoneamento Ecológico-Econômico não é burocracia: é o instrumento que tira o poder de decidir o futuro da Amazônia das mãos de quem grita mais alto e devolve essa decisão ao Estado, com critério técnico e transparência. Um Amazonas sem ZEE é um Amazonas negociado nas sombras, e é essa mesma ausência de regra clara que explica boa parte do que vem a seguir.

Porque a indefinição territorial se propaga direto para a economia. Ninguém pergunta a um agricultor do Sul ou do Centro-Oeste se ele “pode” produzir; pergunta-se como produzir melhor. No Amazonas, a pergunta ainda é se pode. Essa desigualdade de tratamento empurra para a informalidade exatamente as atividades que, reguladas, gerariam emprego formal,

arrecadação e rastreabilidade ambiental. Mineração clandestina e desmatamento ilegal não crescem apesar da falta de regulação — crescem por causa dela. Cada ano que se adia essa discussão não está protegendo a floresta; está protegendo o garimpo ilegal e o desmatamento sem controle, que operam livremente onde o Estado se recusa a normatizar.

E, se é verdade que o campo e o subsolo sofrem por falta de regra, é igualmente verdade que a indústria de Manaus sofre por excesso de ameaça. A Zona Franca não é um privilégio regional — é a política industrial mais bem-sucedida e mais barata que o Brasil já teve. Ela substitui, com produção nacional e empregos brasileiros, o que de outra forma seria simplesmente importado. Cada ataque ao modelo, disfarçado de modernização tributária, ignora um detalhe simples: não existe, hoje, nenhuma outra política pública capaz de sustentar centenas de milhares de empregos diretos e indiretos numa região sem alternativa industrial viável. Enfraquecer a Zona Franca não moderniza o Brasil — apenas transfere para fora do país aquilo que hoje produzimos e empregamos aqui dentro.

Ordenamento territorial, regulação da produção rural e mineral, e proteção do parque industrial de Manaus não são três pautas separadas disputando espaço na agenda eleitoral. São a mesma pauta, contada em três momentos: primeiro se decide onde se produz, depois se garante que essa produção aconteça dentro da lei, e por fim se protege o que já foi construído com décadas de política de Estado. Um Amazonas que resolvesse apenas um desses três pontos, e ignorasse os outros dois, continuaria refém da mesma insegurança que o atravança há décadas. É essa visão de conjunto que eu defendo, e é por ela que devemos cobrar respostas nesta eleição.

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Brasília, 18 de agosto de 2026.

Capitão Alberto Neto
Deputado Federal
PL/AM